

[jusbrasil.com.br](https://www.jusbrasil.com.br)

30 de março de 2026

Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/acao-de-restituicao-de-indebito/2084920540>

Ação De Restituição De Indébito

Direito Tributário

Resumo do modelo

Pagamento indevido de Empréstimo Compulsório- Justiça Federal:

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA... VARA FEDERAL (ÚNICA/ESPECIALIZADA/ CÍVEL/ FAZENDA PÚBLICA) DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO MUNICÍPIO... NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO... MERITÍSSIMO JUÍZO COMPETENTE DA 1º INSTÂNCIA

José Ronaldo, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e identidade, endereço eletrônico, domicílio e residência, vem, por meio de seu advogado, procuração em anexo com qualificações e endereço pra fins dos arts. 77,V e 105, § 2º, CPC, respectivamente perante a Vara... nos termos dos arts. 100, I, CPER/88, 910 do CPC

O acervo de informação jurídica mais completo do país ao seu alcance.

Tenha acesso ilimitado a jurisprudência, modelos e peças com os planos de Pesquisa Jurídica.

art. [165](#), [167](#), [parágrafo único](#) e [168](#), [CTN](#), além do art. [39](#), [§ 4º](#) da Lei [9250/95](#), ajuizar a presente

AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO

Em face da União Federal, CNPJ, endereço, endereço eletrônico, diante dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

Na data... o autor da presente ação procedeu ao pagamento em favor da ré quantia que acreditou corresponder a dívida de Empréstimo Compulsório recém criado pelo Congresso Nacional e cobrado no próprio ano da publicação da lei ordinária instituidora. Ocorre que, percebeu que a dívida não existia e por conta da certeza de que se tratou de pagamento indevido é que se vale da presente via para pleitear a restituição conforme fundamentos a seguir expostos.

DA TEMPESTIVIDADE

O autor registra que o presente ajuizamento se faz tempestivo, já que dentro do prazo de 5 anos, contados do dia do pagamento indevido, nos termos do art. [168](#) do [CTN](#). Não ocorreu a prescrição.

DO PAGAMENTO INDEVIDO

~~O autor apresenta em anexo no doc. o comprovante de pagamento de R\$~~

O acervo de informação jurídica mais completo do país ao seu alcance.

Tenha acesso ilimitado a jurisprudência, modelos e peças com os planos de Pesquisa Jurídica.

suposta dívida de Empréstimo Compulsório, que de fato era indevido, vide argumentos a seguir expostos.

DO JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Requer o autor seja acrescido sobre o valor do desembolso o montante referente aos juros e correção monetária, conforme taxa SELIC, prevista no art. 39, § 4º da Lei 9250/50, aplicando-se sua variação desde a data do pagamento indevido, observando-se também a norma do art. 167, p.único do [CTN](#).

DO DIREITO

O caso versa sobre o direito de obtenção do ressarcimento de quantia indevidamente paga pelo autor em favor da ré. Trata-se de hipótese em que um tributo que somente poderia ser instituído por lei complementar fora criado por lei ordinária, restando configurada inconstitucionalidade formal na criação da espécie tributária, que, no caso em tela foi o Empréstimo Compulsório (art. 148, CRF/88). Esse é o fundamento jurídico para demonstrar ser indevida a exigência e, nesse sentido, o pagamento feito.

Indo além, o governo federal ordenou o recolhimento imediato do tributo, no próprio ano de sua criação, sabendo-se que o Empréstimo não foi instituído para atender despesas com calamidades públicas ou guerra externas mas sim para fins de custear investimentos públicos urgentes de relevante interesse nacional (art148,

O acervo de informação jurídica mais completo do país ao seu alcance.

Tenha acesso ilimitado a jurisprudência, modelos e peças com os planos de Pesquisa Jurídica.

podendo exigir a tributação no exercício financeiro seguinte e ainda havendo o dever de se observar a cláusula temporal da "noventena", fixada na alínea c do art. 150, III e não afastada no parágrafo primeiro do mesmo art. 150 quando aos empréstimos destinados a investimentos.

Diante do narrado e da inabalável certeza de que a tributação era inconstitucional e que o pagamento feito foi verdadeiramente indevido, vem o autor pleitear a restituição vide pedidos adiantes formulados.

DOS PEDIDOS

- a) requer a citação do réu na pessoa do seu representante legal para que possa ingressar no feito;
- b) requer a permissão para a produção de todas as provas lícitas e que se revelem úteis ao deslinde da causa bem como admissibilidade das que documentalmente já se anexam nos termos do art. [319](#), [VI](#), [CPC](#);
- c) requer a condenação do réu ao pagamento das verbas sucumbenciais, incluindo as custas processuais e os honorários advocatícios, observados os parâmetros definidos no art. [85](#), [§§ 2º](#) e [3º](#) do [CPC](#);
- d) requer seja aceita a opção do autor renunciar à audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. [319](#), [VII](#) c/c art. [334](#), [§ 4º](#), [I](#) e [§ 5º](#) do [CPC](#), ou, que aplique o art. [224](#), [§ 1º](#), [II](#) dispensando a audiência por entender não ser o caso compatível

O acervo de informação jurídica mais completo do país ao seu alcance.

Tenha acesso ilimitado a jurisprudência, modelos e peças com os planos de Pesquisa Jurídica.

e) requer julgue procedente a presente ação para fins de condenar o réu à restituição do valor indevidamente pago, acrescido dos juros e correção monetária, conforme ante explicado.

Dá-se à causa o valor de 250.000.000.00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

[CPC](#), art. [291](#) a 293 - valor do pagamento indevido)

Nestes termos,

Pede deferimento

Local... data...

Advogado... OAB...

O acervo de informação jurídica mais completo do país ao seu alcance.

Tenha acesso ilimitado a jurisprudência, modelos e peças com os planos de Pesquisa Jurídica.